

Keynes e a Grande Depressão

TAMÁS SZMRECSANYI*

A evocação do pensamento de autores falecidos não se destina somente a fazer resurgir certas idéias do passado, mas também — e talvez principalmente — a reafirmar a sua importância e atualidade no presente. Quando tais idéias conseguem resistir ao confronto com o presente, costuma-se dizer que o autor em questão é um "clássico". No campo da economia política, creio que podemos fazer essa afirmativa com toda a tranqüilidade em relação ao pensamento de John Maynard Keynes. Afinal, várias de suas contribuições analíticas já fazem parte do corpo teórico fundamental dessa disciplina.

Mas, embora isto seja pacífico, e apesar do fato de Keynes ser considerado por mui-

tos o maior economista do século XX, tem-se observado — tanto dentro como fora da universidade — uma certa rejeição de suas idéias nos últimos tempos. Esse descrédito já chegou ao ponto de se considerar ultrapassado o seu pensamento em face dos atuais problemas das economias capitalistas. Na verdade, estamos vivendo num mundo dominado, de um lado, pelo antikeynesianismo puro e simples — uma atitude que vem caracterizando, por exemplo, os luminares que nos governam e, do outro, pelos chamados neokeynesianismo e post-keynesianismo — cuja manifestações, muitas vezes, se revestem de um ecletismo teórico que faz lembrar ora o sincretismo religioso, ora o samba do crioulo doido.

Nossa intenção aqui é a de reafirmar a importância e a atualidade do pensamento de Keynes como tal — isto é, sem quaisquer adendos ou qualificações — quer no plano da teoria econômica, quer no domínio da política econômica. Para tanto, valemo-nos de 6 dos 21 trabalhos que ele publicou exata-

O autor pertence à FEA/USP.

- Comunicação apresentada ao seminário sobre Marx e Keynes, na IV Semana de Economia da FEA/USP, organizado pelo Centro Acadêmico "Visconde de Cairú" (06/10/1983).

mente há meio século — ou seja, no ano de 1933. Trata-se de obras aparentemente menores, hoje em dia desconhecidas pela maioria, mas que na época de sua publicação alcançaram grande repercussão. Esses trabalhos, além disto, se prestam muito bem ao resgate e redimensionamento de algumas idéias centrais do pensamento de Keynes.

O ano em si foi muito importante. Em 1933, o mundo capitalista achava-se em plena depressão, numa crise parecida com a de hoje. Uma crise à qual ele sobreviveu, da mesma forma que sobreviverá à do nosso tempo. Mas, este é um assunto que não se deve discutir no momento, para não haver desvio do tema proposto. Em função do mesmo, gostaria de realçar que 1933 foi também muito significativo na trajetória intelectual de Keynes, então com cinqüenta anos de idade, mas em pleno apogeu da sua capacidade criadora⁽¹⁾. A relevância daquele ano deriva do fato de ter sido nele que praticamente se completou a transição do seu *Tratado da Moeda* — segundo muitos, a sua obra mais acabada e melhor elaborada — publicado em 1930, para a famosa *Teoria Geral*,

(1) Entre os trabalhos que não irão ser discutidos aqui, destaca-se o livro *Essays in Biography*, publicado por Keynes em 1933, mas cujo conteúdo era constituído de artigos e ensaios completados em anos anteriores. A única e significativa exceção a esse respeito era o ensaio Thomas Robert Malthus, the first of Cambridge economists, cuja versão definitiva foi redigida no início de 1933, configurando um dos marcos da transição entre o *Tratado da Moeda* e a *Teoria Geral*, assinalada logo a seguir no texto. A maioria dos demais trabalhos publicados por Keynes naquele ano era constituída de artigos jornalísticos dos quais nove foram publicados pelo *Daily Mail*, dois pela revista da BBC, *The Listener*, e um pelo *New Statesman*, semanário do qual Keynes foi diretor. Além desses trabalhos de cunho jornalístico, Keynes publicou, ainda em 1933, duas notas teóricas: Mr. Robertson on *Savings and Hoarding*, no *Economic Journal* de dezembro daquele ano, e *A Monetary Theory of Production*, numa coletânea de ensaios em homenagem a Arthur Spiethoff.

que viria à luz em 1936, e pela qual Keynes continua sendo reverenciado até hoje⁽²⁾.

Podemos começar nossa análise pelo primeiro trabalho que Keynes publicou em 1933, um curto artigo que saiu no *Daily Mail* de 1.º de janeiro daquele ano⁽³⁾. Nesse artigo, intitulado *Alguns presságios esperançosos para 1933*; Keynes fornece uma boa amostra de sua acuidade em relação à conjuntura. Apesar de achar muito arriscado fazer profecias a respeito da depressão, ele começava seu artigo declarando-se convencido de que o ponto mais baixo — o “fundo do poço” diríamos nós hoje em dia — havia sido atingido no segundo semestre de 1932 (algo, diga-se de passagem, que realmente ocorreu naquela época). Por esse motivo, Keynes se declarava moderadamente otimista.

“Nos primeiros dias de uma depressão — dizia ele no seu artigo — somos otimistas demais; mais tarde, contudo, desencorajamo-nos com demasiada facilidade. Em 1929, alguns norte-americanos tinham-se convencido de que a expansão era permanente; hoje eles estão começando a crer na mesma coisa no que se refere à depressão. Mas, as depressões, da mesma forma que as expansões, acabam chegando a um término; pelo menos, sempre têm chegado. É verdade que esta depressão tem sido mais violenta do que as demais, mas ela não foi ainda a mais prolongada. As depressões carregam em si

(2) Uma boa análise dessa transição pode ser encontrada em MOGGRIDGE. From the *Treatise to The General Theory: an exercise in chronology*, *History of Political Economy*, 5(1): 72-88, Spring 1973. Veja-se também a esse respeito minha Introdução a *John Maynard Keynes: Economia*, vol. 6 da coleção “Grandes Cientistas Sociais” (São Paulo, 1978, Editora Ática), especialmente p. 15-20, 30-32 e 35/36.

(3) *Some hopeful portents for 1933*, reproduzido em MOGGRIDGE, Donald. ed. *Activities 1931-1939, World Crises and Policies in Britain and America*, vol. XXI dos *Collected Writings of John Maynard Keynes* — CWJMK London, Macmillan, 1982. p. 141-45.

mesmas as sementes de uma reação a elas, da mesma forma que as expansões”

Esta longa citação poderia muito bem servir de antídoto para o catastrofismo que atualmente impera entre nós, e cuja imoderação só é comparável ao desbragado otimismo que reinava na época do chamado “milagre brasileiro”. O mais interessante, porém, é o registro das justificativas apresentadas por Keynes para o seu moderado otimismo. A primeira era o relativo desafogo financeiro criado pelo abandono do “moribundo sistema” do padrão-ouro, e também das expectativas de amortização das indenizações da I Guerra Mundial, decorrentes dos tratados de Versalhes de 1919. Esse desafogo era geral no mundo, beneficiando tanto os países mais desenvolvidos como os da periferia do sistema capitalista.

Na própria Inglaterra já havia sintomas de retomada do nível de atividades econômicas, notadamente na indústria automobilística (que cresceu ininterruptamente durante toda a década de 1930) e na própria siderurgia (que, em conseqüência, acabou sendo menos atingida que a de outros países). Tais sintomas eram devidos em parte aos efeitos de uma política tarifária protecionista, posta em prática naquela ocasião e a cujos méritos voltaremos daqui a pouco. Eles tinham a sua contrapartida na elevação do consumo interno de petróleo e de energia elétrica, bem como no aumento da produção têxtil, principalmente na (então nova) indústria de fibras sintéticas.

Um ponto fraco residia na agricultura, e aí Keynes recomendava, enfaticamente, uma intervenção governamental no sentido de preservar a remuneração dos produtores. Outra recomendação sua era a de se reativar os programas governamentais de construção hospitalar, com a finalidade, não apenas de evitar a deterioração dos indicadores de saúde da Grã-Bretanha, mas também — e talvez principalmente — de manter o nível de emprego da força de trabalho. Sua preocupação não se limitava aos empregos dire-

tos na construção civil, mas abrangia também os empregos indiretos, criados e mantidos pelo aumento do nível de atividade naquele ramo. Pode-se vislumbrar aí uma das raízes do seu famoso multiplicador, do qual também voltaremos a falar daqui a pouco.

O artigo em questão se encerrava com votos pelo êxito da Conferência Econômica Mundial que iria realizar-se em meados daquele ano em Londres. Essa conferência, que acabaria malogrando, foi como bem sabemos hoje, a última tentativa de reordenamento pacífico das relações econômicas internacionais antes do advento da II Guerra Mundial. Keynes acabaria tratando dela em quase todos os seus trabalhos de 1933, notadamente naquele que agora passamos a analisar.

Esse trabalho, além de ser o mais extenso, foi também aquele que se manteve mais conhecido até hoje, devido ao fato de ter sido reeditado sob a forma de panfleto tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Trata-se de uma série de quatro artigos, publicados pelo *Times* de Londres entre 13 e 16 de março de 1933, sob o título geral de *Os meios para a prosperidade*. O referido trabalho, com os adendos constantes no panfleto norte-americano, acha-se reproduzido na edição mais recente dos *Ensaios de Persuasão* de Keynes⁽⁴⁾.

Nele, Keynes apresenta, além de um diagnóstico dos problemas então enfrentados pela Inglaterra e por outros países capitalista altamente desenvolvidos, algumas propostas concretas para a Conferência Econômica Mundial. Quanto aos problemas, ele procurou enfatizar a sua natureza político-econômica. Tratava-se, segundo Keynes, de problemas que não poderiam ser resolvidos através de “milagres” ou pelo simples automatismo das forças de mercado, mas cuja

(4) *The Means to Prosperity, Essays in Persuasion*, vol. IX dos CWJMK London, Macmillan, 1972. p. 335-66. A primeira edição deste livro foi publicada por Keynes em 1931.

KEYNES

solução requeria atitudes deliberadas, formuladas e adotadas com o discernimento e a visão própria dos verdadeiros estadistas. O maior desses problemas era (como hoje) o do desemprego, e a melhor maneira de combatê-lo eram (e ainda são) os investimentos públicos, mesmo quando implicam desequilíbrios orçamentários.

Tais desequilíbrios, assinalava Keynes, tendem a desaparecer através do tempo com o aumento da arrecadação tributária gerada pelos efeitos multiplicadores dos referidos investimentos no nível geral das atividades econômicas. Nesses artigos, como mais tarde na *Teoria Geral*, Keynes baseava suas estimativas a respeito no trabalho pioneiro sobre o multiplicador publicado por Richard F. Kahn no *Economic Journal* de junho de 1931. Segundo Keynes, os desequilíbrios em questão tendem também a ser minorados pela redução das despesas públicas inerentes ao aumento do desemprego da força de trabalho, tais como as despesas dos serviços de previdência social e de segurança pública.

Por que essa argumentação parecia tão nova, diferente e paradoxal na época? A resposta, segundo Keynes, reside no fato de nossos pressupostos econômicos serem geralmente derivados da situação de uma sociedade em equilíbrio e com pleno emprego de seus recursos produtivos — ou seja, de uma sociedade sem desemprego. Para tal situação, as recomendações que ele fazia evidentemente não se aplicavam, visto que investimentos públicos adicionais em casos de pleno emprego apenas são capazes de gerar pressões inflacionárias.

Outras críticas de Keynes eram dirigidas contra a prescrição de práticas restritivas da oferta com vistas a promover a elevação dos preços das mercadorias. Para ele, uma elevação dessas só era capaz de se manter através do tempo na medida em que se originasse de um aumento da procura, o que, por sua vez, pressupunha um acréscimo no consumo, e portanto na renda.

O incremento da capacidade de consumo da economia como um todo somente poderia ser alcançado através do efeito combinado de uma expansão do crédito e de uma melhoria do balanço de pagamentos.

O crédito ao qual Keynes se referia não era um crédito qualquer ou o crédito em geral, mas o crédito de longo prazo e a baixas taxas de juros, disponível para todos os mutuários que fossem razoavelmente confiáveis. Por outro lado, na utilização desse crédito, as primeiras iniciativas deveriam caber aos órgãos governamentais, já que as empresas privadas só se arriscariam a tomar empréstimos depois que estivessem restabelecidas as perspectivas de retomada dos negócios e das margens de lucratividade.

Essas observações nos conduzem às propostas de Keynes para a Conferência Econômica Mundial. A primeira delas referia-se à concessão de empréstimos diretos de governo para governo, e em condições mutuamente favoráveis, dos países financeiramente mais fortes para os mais fracos e mais endividados no mercado internacional. A segunda era a de se reativar a expansão econômica interna dos primeiros através da adoção de políticas de pleno-emprego. E a terceira realçava que esses dois movimentos deveriam ocorrer simultânea e coordenadamente.

Parece desnecessário observar que essas propostas de Keynes não chegaram a ser discutidas na referida conferência, e que, até hoje, elas permanecem à espera de quem queira pô-las em prática. Será que isto se devia ao fato de que ele estava inteiramente fora da realidade? Penso que nem tanto, pois, logo em seguida e ainda no mesmo artigo, Keynes propôs a criação, no âmbito internacional, de novas reservas de meios de pagamento a serem supervisionadas por uma entidade supranacional — ou seja, um esquema muito parecido ao que ele mesmo iria propor dez anos mais tarde, e do qual resultaria, após a II Guerra Mun-

dial, a criação do Fundo Monetário Internacional, de tão triste fama nos dias que correm. A flexibilidade das propostas de Keynes chegava ao ponto, na época, de admitir um limitado restabelecimento do padrão-ouro, a fim de garantir a adesão ao esquema da França e dos Estados Unidos.

Os dois trabalhos subseqüentes aos quais vamos nos referir rapidamente foram publicados por Keynes, no início de abril de 1933, em resposta às críticas suscitadas pelos quatro artigos que acabamos de comentar. Um versava sobre o multiplicador e saiu no *New Statesman*⁽⁵⁾, e o outro foi publicado pelo próprio *Times*, sob o título de *Resposta do sr. Keynes a seus críticos*⁽⁶⁾. No primeiro ele retomava os conceitos de emprego primário, ou direto, e de emprego secundário, derivado, ou indireto, bem como a noção do multiplicador que os vincula um ao outro. Este artigo pode ser visto como um primeiro ensaio do que iria ser proposto três anos mais tarde na *Teoria Geral*. Já no segundo, ele procurou aprofundar o mérito substantivo das suas propostas, assinalando que não poderia haver diminuição do desemprego sem expansão do crédito interno, sem desafogo no balanço de pagamentos e, acima de tudo, sem uma política de investimentos públicos cuidadosamente formulada e executada. Um papel crucial neste sentido seria desempenhado pela taxa de juros, que deveria ser baixa para os empréstimos a longo prazo.

Quatro meses mais tarde, em julho de 1933, quando a Conferência Econômica Internacional ainda se achava reunida, Keynes publicou no *New Statesman* um outro trabalho que iria alcançar uma grande repercussão. Tratava-se de um artigo intitulado *Auto-suficiência nacional*⁽⁷⁾, resultante de uma con-

ferência que ele proferira na Universidade de Dublin no mês de abril daquele ano. Nesse trabalho, Keynes punha em dúvida nada menos do que o dogma do livre-comércio internacional, então (como hoje) consagrado pela teoria econômica convencional, mas que diariamente vinha (e vem) sendo desmentido pela prática. Ele defendia a adoção pura e simples do protecionismo alfandegário como arma contra o desemprego interno. Aos riscos de eventuais retaliações por parte de outros países, Keynes contrapunha as vantagens do governo do país poder decidir o que deveria ser produzido internamente e o que deveria ser obtido através de intercâmbio com o Exterior.

Essa colocação de Keynes conferia à política econômica uma primazia à qual ainda estamos longe de ter chegado. Embora fosse basicamente um internacionalista, ele não via com bons olhos o imperialismo, inclusive o do seu próprio país. Neste artigo, ele se declarava simpático aos que procuravam minimizar, e não maximizar, o grau de envolvimento econômico entre as nações. "As idéias, o conhecimento, a arte, a hospitalidade, as viagens, estas são as coisas — dizia — que, por sua natureza, devem ser internacionais. Mas, deixemos os bens serem feitos em casa, sempre que isso for razoável e convenientemente possível; e, acima de tudo, mantenhamos as finanças primariamente nacionais"

Com afirmações desse tipo, Keynes estava se afastando decididamente do seu anterior saudosismo em relação ao período que precedeu a I Guerra Mundial, um sentimento nítido no seu primeiro livro de grande sucesso, *As Conseqüências Econômicas da Paz*⁽⁸⁾.

(5) The Multiplier, *New Statesman and Nation* (01/04/1933). reproduzido em MOGRIDGE, Donald. ed. op. cit., p. 171-78.

(6) The Means to Prosperity: Mr. Keynes' reply to Criticism, *The Times* (05/04/1933), *Idem*, p. 178-185.

(7) National Self-Sufficiency, *New Statesman and Nation* (08/07/1933), *Idem*, p. 233-46.

(8) *The Economic consequences of the peace*, 1. ed. 1919, vol. II dos CWJMK. London, Macmillan, 1971. Os capítulos 2 e 6 deste livro acham-se traduzidos na coletânea mencionada na nota (2) acima, e cuja Introdução trata do seu significado às p. 14, 28 e 33.

KEYNES

Por meio delas, ele procurava realçar as transformações acarretadas na economia mundial por uma nova divisão internacional do trabalho, na qual o comércio internacional tendia a ter uma importância decrescente, e na qual o próprio capitalismo estava batendo em retirada. Este era um mundo muito diferente daquele que existira antes de 1914, e no qual um maior grau de auto-suficiência nacional poderia ser mais adequado aos interesses nacionais, não apenas os econômicos, mas principalmente os sociais e políticos. Por meio dele poder-se-ia defender melhor a preservação do sistema capitalista, nem que fosse apenas num só país.

Mas, a adesão de Keynes ao nacionalismo e ao autarcismo da época estava longe de ser irrestrito e incondicional. No final de seu artigo, ele apontava para três grandes perigos inerentes à tendência para uma maior auto-suficiência nacional. O primeiro era a tolice dos doutrinários; o segundo, a pressa dos impacientes; e o terceiro, a intolerância dos dogmáticos. Nos três casos, um dos alvos de suas críticas era a Rússia de Stalin, cujos experimentos de socialismo num só país ele acompanhava com bastante interesse, mas sem qualquer simpatia.

Resta mencionar por último a carta aberta ao presidente Roosevelt, publicada por Keynes no *New York Times*⁽⁹⁾, no dia 31 de dezembro de 1933. Por meio dessa carta, ele manifestava seu apoio às reformas econômicas que estavam sendo empreendidas nos Estados Unidos, no contexto do *New Deal*. Vale a pena reproduzir aqui alguns parágrafos dessa missiva.

"O objetivo da recuperação — dizia Keynes — é o aumento do produto nacional e a elevação do nível de emprego. No sistema econômico moderno (leia-se capitalista), a produção se destina primordialmente a ser vendida; o volume da produção depende do montante do poder de compra, em relação ao

custo direto de produção, o qual se espera que venha a alcançar o mercado.

"Portanto, falando em termos gerais — prosseguia ele — um aumento do produto só pode ocorrer através da atuação de um dos três seguintes fatores. Os indivíduos devem ser persuadidos a gastarem uma maior parcela de suas receitas correntes; ou o setor empresarial deve ser induzido — seja por uma crescente confiança no futuro, ou por menores taxas de juros — a ampliar as receitas correntes dos seus empregados, algo que costuma ocorrer quando o capital fixo do país está sendo ampliado; ou as autoridades governamentais devem ser chamadas para ajudar a criar maiores receitas correntes através do dispêndio de dinheiro emprestado ou emitido.

"Em tempos desfavoráveis — concluía Keynes — a ocorrência do primeiro fator não pode ser esperada numa escala suficiente. O segundo fator só se dará como iniciativa derivada de um primeiro ataque à depressão, depois que a maré tiver sido revertida pelas despesas do poder público. É, portanto, apenas do terceiro fator que podemos esperar o principal impulso inicial."

Naquele tempo, a crise podia ser outra, e o presidente dos Estados Unidos certamente era muito diverso do atual. Mas, parece muito difícil encontrar idéias que sejam mais atuais e mais relevantes para nossos problemas de hoje.

Várias dessas idéias foram retomadas por Keynes em maior profundidade nas suas obras posteriores, notadamente — mas não apenas — na *Teoria Geral*. Para esgotar o tema indicado pelo título desta comunicação, seria necessário fazer-se um exame pormenorizado de todos esses trabalhos — algo que é impossível no tempo colocado à nossa disposição. Por isso, limitamo-nos aqui muito mais a sugerir do que propriamente tentar fazer tal análise. Nosso intuito é apenas o de chamar a atenção para a importância teórica e prática do pensamento de Keynes,

(9) Reproduzida em MOGGRIDGE, Donald. ed. op. cit., p. 289-97.

tal como este foi formulado há cinquenta anos atrás.

Há quem diga, no entanto, que esse pensamento deixou de ser atual, que não se aplica aos problemas ora enfrentados pelas economias capitalistas. A crise de hoje é considerada pelos que assim pensam como algo diferente da depressão dos anos trinta. Isto não deixa de ser verdadeiro na medida em que, no presente, os governos detêm, pelo menos teoricamente, um instrumental anticíclico muito mais variado e eficiente que os do passado. Por outro lado, a natureza dos problemas também se alterou através do tempo: a internacionalização do capital

cresceu muito após a II Guerra Mundial e, hoje em dia, as economias nacionais de todos os países capitalistas já se acham sob o domínio incontestado de grandes empresas oligopolistas, cuja acumulação se processa em âmbito supranacional.

Mas, ao mesmo tempo, é forçoso reconhecer que a rejeição do pensamento keynesiano e/ou a adoção meramente formal e seletiva de suas idéias pouco ou nada têm contribuído para a solução dos problemas ora enfrentados pelas economias capitalistas. A imaginação e a flexibilidade de Keynes são atributos que têm faltado sistematicamente tanto aos teóricos como aos políticos de nosso tempo.